



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DECÊNIO 2024-2034

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

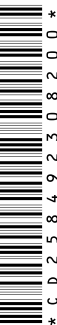
(Da Sra. Maria do Rosário)

Senhora Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos incisos III e XIII do art. 24 combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **Audiência Pública** nesta Comissão, para debater o tema **“Valorização profissional e democratização da educação no novo PNE”**. A proposta busca aprofundar o debate em torno de políticas estruturantes voltadas à valorização dos trabalhadores da educação e à construção de um sistema educacional mais democrático, equitativo e inclusivo, a partir da escuta de especialistas, entidades da sociedade civil e representantes institucionais.

Convidados(as) sugeridos(as):

- Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Especialistas de Educação - FESED
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas;
- Representante do Ministério da Igualdade Racial;
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;



- Profa. Nilma Lino Gomes – ex-Ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

JUSTIFICAÇÃO

A valorização dos profissionais da educação — incluindo docentes, orientadores educacionais, supervisores, inspetores e funcionários administrativos — é estratégica para o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades históricas do Brasil. Esses agentes compõem a base do funcionamento do sistema educacional, responsável por formar cidadãos e cidadãs qualificados e assegurar o cotidiano das escolas. Contudo, a precariedade das condições de trabalho e a insuficiência de reconhecimento social e profissional comprometem não somente a qualidade da aprendizagem, mas também a sustentabilidade do sistema.

Investir na valorização dos profissionais da educação — por meio de carreira atrativa, formação inicial e continuada, condições dignas de trabalho e infraestrutura escolar — não é uma demanda corporativa, mas um imperativo de justiça social, eficiência e equidade. A efetividade do novo Plano Nacional de Educação (PL nº 2.614/2024) dependerá, em grande medida, da capacidade de atrair, reter e valorizar profissionais qualificados e motivados em todas as redes de ensino do país.

A democratização da educação, por sua vez, é um tema transversal e fundante do modelo educacional preconizado pela Constituição de 1988. Ampliar o acesso à educação de qualidade, garantir a gestão democrática das escolas, incluir a diversidade nos currículos e promover o enfrentamento às desigualdades raciais, de gênero, regionais e socioculturais são elementos indissociáveis de um projeto educacional comprometido com a cidadania, os direitos humanos e a democracia.

O novo PNE deve estar em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Agenda 2030 da ONU, que prevê a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos e todas. A inclusão de perspectivas plurais, com atenção à equidade racial, à educação indígena, quilombola e do campo, entre outras dimensões, é



essencial para o enfrentamento das múltiplas desigualdades educacionais no país.

Diante da relevância do tema, propõe-se que esta Comissão Especial promova uma audiência pública para ouvir vozes plurais e qualificar o debate sobre os caminhos da valorização profissional e da democratização da educação no Brasil, como fundamentos para um novo ciclo de políticas educacionais comprometidas com a justiça social.

Conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em ____ de _____ de 2025

Deputada Maria do Rosário
PT-RS

